



CTA - Confederação Das Associações  
Económicas De Moçambique

# **Reflexão sobre o Estágio Actual da Construção Civil**

Maputo, Fevereiro de 2020

# Reflexão sobre o Estágio Actual da Construção Civil

## **Ficha Técnica**

Propriedade da Confederação das Associações Económicas de Moçambique

Autores: Samo Dique e Edson César

Contribuição: Pelouro da Construção Civil da CTA

Ano: 2020

## Índice

I. INTRODUÇÃO.....	3
II. METODOLOGIA .....	4
III. DINÂMICAS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL .....	5
IV. DESAFIOS PARA A COMPETITIVIDADE DO SECTOR DE CONSTRUÇÃO .....	10
4.1 Fraca implementação da legislação conexas ao sector.....	13
4.2 Limitada participação nacional em grandes projectos .....	14
V. IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA .....	16
VI. CONCLUSÕES .....	18
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

## Índice de figuras e tabelas

Figura 1 Crescimento do PIB vs do Sector da Construção Civil 2010-2018 .....	5
Figura 2 Efeito da Conjuntura sobre o Sector da Construção Civil .....	6
Figura 3 Classificação do indicador Obtenção de Alvarás de construção.....	10
Figura 4 Principais desafios enfrentados no sector da construção .....	12
Tabela 1: Número de Empreiteiros de 2015-2018 .....	7
Tabela 2: Exemplo de grandes projectos adjudicados a empreiteiros estrangeiros .....	15

## I. **INTRODUÇÃO**

O Sector da construção civil entendido como área que engloba as atividades de desenvolvimento de projectos de edifícios, construção de edifícios (residenciais e não residenciais), construção de auto-estradas, estradas, pontes, túneis, aeroportos e vias férreas, redes de transporte de água, de esgotos e de outros fluídos, de distribuição de energia, de telecomunicações entre outras<sup>1</sup>, é um sector transversal e dinamizador do desenvolvimento de qualquer país. A sua forte interligação com outras actividades torna-o numa ferramenta chave para o crescimento económico, geração de empregos, impostos e para o desenvolvimento de infraestruturas de qualquer país.

Adicionalmente, a construção civil é uma actividade que complementa a base produtiva e cria dinâmicas positivas que aumentam a produtividade dos factores de produção, sendo de importância estratégica para a sustentação do desenvolvimento económico e social, é uma actividade que complementa a base produtiva e cria dinâmicas positivas que aumentam a produtividade dos factores de produção, sendo de importância estratégica para a sustentação do desenvolvimento económico e social.

A dinâmica deste sector depende directamente do grau de desenvolvimento da economia, da conjuntura macroeconómica e da despesa pública, ou seja, mais do que, em qualquer outro sector de actividade, a sua evolução depende do montante e das fases de investimentos em outros sectores, sendo, por isso mesmo a sua dinâmica frequentemente considerada como um dos principais indicadores de uma economia, ou um dos seus barómetros (Barganha et al,2001).

---

<sup>1</sup> Ainda que a literatura apresenta diversos conceitos, a reflexão usa como base o que consta da Classificação das Actividades Económicas de Moçambique CAE-REV.2 publicado pelo INE (2008)

Conforme reporta o relatório do *Doing Business* publicado pelo Banco Mundial, Moçambique registou nos anos 2010 a 2015, avanços assinaláveis na melhoria do ambiente de negócio para o sector da Construção Civil, impulsionado pelo sucesso extraordinário na facilitação de obtenção do alvará e atribuição rápida do DUAT para construção entre outras reformas introduzidas.

Em paralelo, houve investimentos de vulto na construção de grandes infraestruturas ao longo do País, o ramo imobiliário cresceu significativamente e o sector tornou-se em um dos mais vibrantes da economia nacional no período supramencionado com um crescimento de 10%.

Todavia, de 2015 a 2019 o sector da construção civil enfrentou enormes dificuldades com a redução do número de obras decorrente da redução de recursos financeiros ao nível do Orçamento do Estado em virtude da diminuição do apoio externo sob a forma de donativos e empréstimos multilaterais ou mesmo bilaterais.

É neste contexto que o presente trabalho tem como objectivo analisar o sector da construção e os seus efeitos na economia nacional bem como propor possíveis alternativas de melhoria.

Para o alcance desse desiderato, a reflexão foi estruturada em 7 partes, uma breve introdução, seguida da metodologia, uma breve análise sobre dinâmicas da indústria da construção civil, com realce para sua contribuição no PIB, Emprego e o ambiente de negócios envolvente, desafios para competitividade do sector, implicações de política e por fim as principais conclusões e referências bibliográficas.

## **II. METODOLOGIA**

Para a elaboração deste trabalho fez-se recurso a uma miscelânea de métodos como a pesquisa bibliográfica a artigos com foco no tema em análise; o método estatístico que

consistiu na recolha e análise de dados sobre o desempenho do sector da construção civil e do seu efeito no PIB, emprego e o ambiente envolvente.

O trabalho alimentou-se também dos subsídios colhidos junto da auscultação dos membros do Pelouro da Construção da CTA sobre a sua percepção do estágio do sector, desafios e perspectivas de acções para alavancar o sector; e o Relatório de levantamento de danos e necessidades dos empreiteiros membros da AECOPs afectados pelo ciclone IDAI.

### **III. DINÂMICAS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

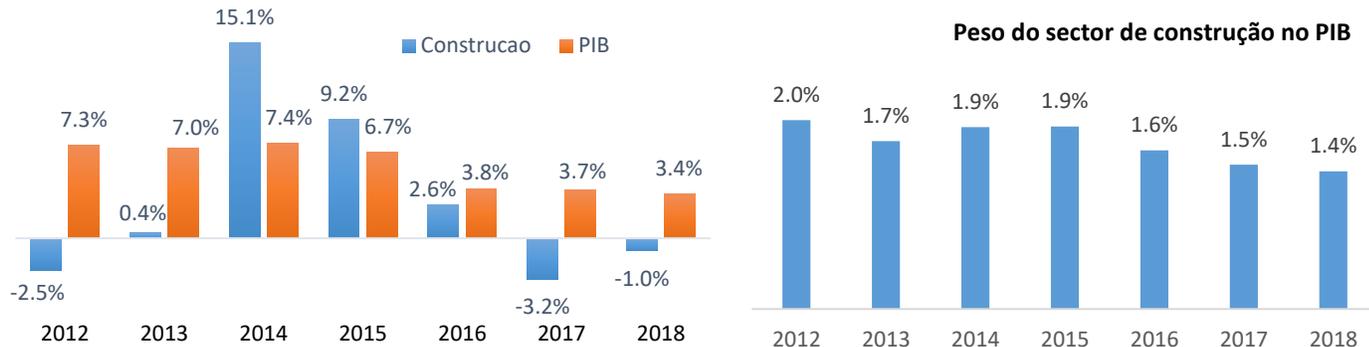
#### **a) Contribuição da construção civil no PIB**

De 2010 a 2015 o sector da construção foi um dos mais dinâmicos da economia moçambicana, tendo registado um crescimento médio de 9,1% contra 7% observados no PIB. Este comportamento foi justificado pelo aumento do investimento público alicerçado na edificação de novas escolas, hospitais e estradas pelo País, bem como pela actividade dos grandes projectos.

De 2016 a 2018, assistiu-se uma quebra do ritmo de crescimento económico que o País vinha experimentando, tendo o PIB se situado em média de 3,6% decorrente, por um lado, da baixa procura interna face às dificuldades de financiamento da despesa pública e por outro, do menor acesso ao crédito bancário pelo sector privado, e por outro da redução do valor das exportações nacionais face a redução dos preços dos bens de exportação no mercado internacional.

#### **Figura 1 Crescimento do PIB vs do Sector da Construção Civil 2010-2018**

Fonte: INE, 2019



No período em análise, o sector da agricultura e pecuária com cerca de 22% continuou sendo o que mais contribui para o PIB. Contudo, a indústria extractiva tem-se destacado na sua contribuição, com ênfase para o carvão mineral e do gás natural, tendo em 2017 a contribuição ascendido a 10,3% comparativamente a 1,6% em 2010.

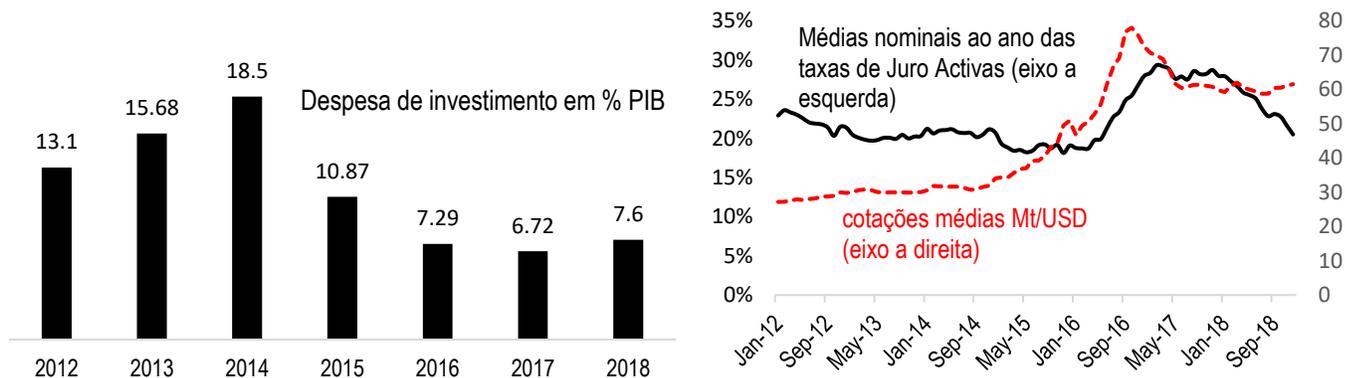
Por seu turno, o sector de construção apresentou uma forte contração ao reduzir o seu crescimento para 2,6% em 2016 e um desempenho negativo em 2017, e por consequência a sua redução na contribuição no PIB para 1,5% no mesmo ano.

Pela sua natureza pro-cíclica, esta situação está associada a redução das dotações do Orçamento do Estado para infraestruturas conforme espelha a diminuição da despesa de investimento de um pico de 18,5% do PIB em 2014 para 6,72% do PIB em 2017.

O sector também foi afectado pela conjuntura macroeconómica adversa caracterizada entre outros pelo alto custo do capital e a alta da taxa de câmbio.

**Figura 2 Efeito da Conjuntura sobre o Sector da Construção Civil**

Fonte: Conta Geral do Estado, Relatório de Execução Orçamental, Boletim Estatístico



Mensal, diversos

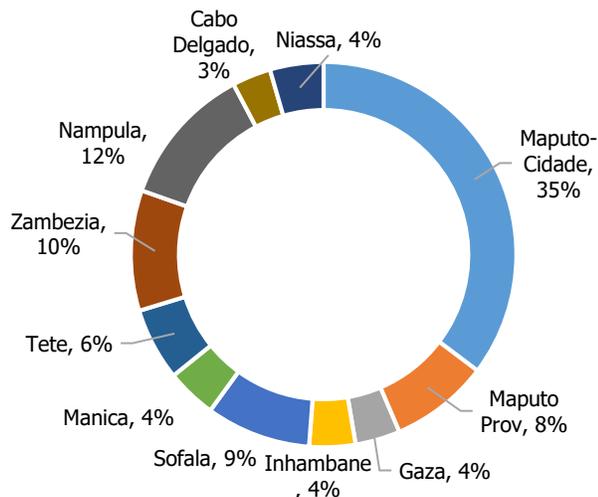
A conjugação deste factores por um lado levou a redução do volume de obras e por outro assistiu-se ao encarecimento dos custos operacionais das empresas.

### b) Emprego no sector

Segundo dados do Ministério das Obras Públicas e Habitação (2018) existiam 2740 empresas licenciadas no País, dos quais cerca de 2/3 estão na cidade de Maputo e nas províncias de Nampula, Zambézia e Sofala. No outro extremo a Província de Cabo Delgado com 89 é a que detém menor número de empresas activas.

Sede	Alvará Válido	Cancelado	Caducado
Maputo-Cidade	967	10	23
Maputo Prov	227	0	37
Gaza	103	4	4
Inhambane	106	3	66
Sofala	241	0	0
Manica	115	0	0
Tete	167	1	0
Zambezia	277	0	0
Nampula	325	4	110
Cabo Delgado	89	1	60
Niassa	123	2	0
<b>Total</b>	<b>2740</b>	<b>25</b>	<b>300</b>

Tabela 1: **Número de Empreiteiros de 2015-2018**



**Fonte:** MOPHRH, Junho de 2018

Porém, essa situação tenderá a alterar-se nos próximos anos, na medida em que se espera um aumento da implantação de empresas de construção civil na província de Cabo Delgado decorrente do início da implantação da logística necessária para a exploração dos vastos recursos hidrocarbonetos que a província detém.

Em relação ao impacto na geração de emprego, se consideramos que cada empresa operacional tenha em média 100 trabalhadores no seu quadro, a indústria de construção civil tem um potencial para gerar 274.000 postos de emprego directos.

Adicionalmente estima-se que cada emprego directo criado pelo sector da construção gera 3 postos de trabalho no conjunto da economia, do qual depreende-se que o sector da construção civil tem um impacto de cerca de 822.000 empregos na economia nacional.

No período de contração, como esperado, o sector de construção reduziu em mais de 15% no número de trabalhadores, se consideramos que em 2018 o Boletim Informativo do Mercado de Emprego (MITESS) reporta que foram gerados 36.013 empregos no sector contra 42.573 em 2015.

### **c) Ambiente de negócios na construção**

O País registou nos últimos anos avanços assinaláveis na melhoria do ambiente de negócio no sector de Construção Civil, impulsionado pelo sucesso extraordinário na facilitação de obtenção do alvará e atribuição rápida do DUAT para construção (2010-2015), entre outras reformas introduzidas.

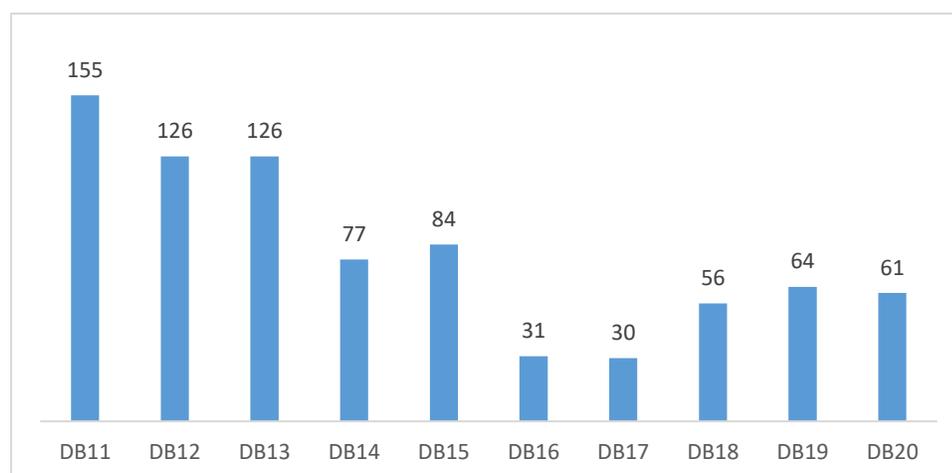
No quadro das reformas, destacam-se a aprovação de instrumentos legais como (i) revisão do Decreto nº 5/2016, de 8 Março, relativo ao Regulamento da Contração de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado que contemplou a resolução de alguns aspectos que preocupavam o sector privado, (ii) aprovação do Decreto n.º 69/2016, de 30 de Dezembro do Regulamento do Trabalho em Regime de Empreitadas que rege as relações laborais entre Empreiteiros da Construção Civil e Similares que a priori reduziria em grande medida a informalidade laboral e os conflitos laborais no sector da construção civil, e (iii) Diploma Ministerial 49/2013, de 24 de Maio atinente à revisão de preços que assegura o reajuste dos valores das adjudicações em função da alteração dos preços de materiais de construção.

Estes avanços foram captados pelo relatório do *Doing Business*, conforme atesta o gráfico 3 referente a evolução do indicador para obtenção de alvarás<sup>2</sup> de construção, que actualmente figura como o indicador que o País apresenta melhor classificação no conjunto dos 10 indicadores avaliados no *Doing Business*.

---

<sup>2</sup> Licença para uma empresa poder fazer negócios ou operar; também uma licença para uma empresa de construção, indicando a categoria e classificação das obras que o empreiteiro pode executar

**Figura 3 Classificação do indicador Obtenção de Alvarás de construção**



**Fonte:** Banco Mundial, *Doing Business*, diversos

Segundo os operadores do sector a melhoria que o indicador vinha conhecendo foi interrompido nos anos 2018/2019 devido a introdução em 2018 de um novo procedimento que é a necessidade do estudo topográfico que custa cerca de USD 900 USD o que acarretou o aumento de dias de espera para a aquisição da licença de construção.

Esta situação impactou negativamente no processo de obtenção licenças para construção o que é agravada pela falta de capacidade do Estado para responder a crescente demanda do mercado.

Para fazer face a situação, os operadores do sector defendem o prosseguimento do espírito reformista que se traduza sobretudo na simplificação de procedimentos e remoção de barreiras ao investimento neste sector.

Outrossim é necessário empreender ações de capacitação institucional e apostar mais nas empresas nacionais, tendo como a capacitação como saída para impulsionar a aderência e confiança nas empresas locais.

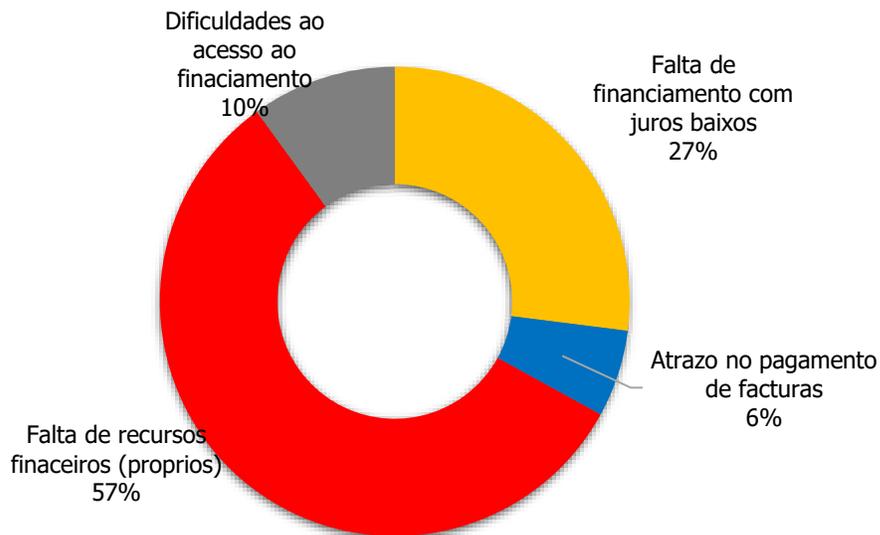
#### **IV. DESAFIOS PARA A COMPETITIVIDADE DO SECTOR DE CONSTRUÇÃO**

Na base de uma auscultação aos agentes do sector, identificaram-se alguns constrangimentos que caracterizam o sector de construção, sendo de destacar o facto de os projectos com financiamento estruturado (desenho, financiamento e construção) que actualmente predominam no País, estarem a reduzir as oportunidades de empresas do sector por não contemplarem a participação nacional; e os projectos financiados com base em acordos multilaterais também não contemplam uma percentagem obrigatória para participação das empresas nacionais, nem obrigam a subcontratação em caso de adjudicação a empresas estrangeiras, o que significa que não se verifica qualquer efeito multiplicador na economia nacional.

Para agravar esse problema, os projectos financiados pelo Orçamento do Estado, com recursos gerados internamente, não impõem uma participação mínima das empresas nacionais, e verifica-se a adjudicação de projectos pelo critério de preço mais baixo, o que obriga a que muitas empresas adoptem a estratégia de dumping, sem, no entanto, assegurar a qualidade.

Ainda no rol dos desafios que o sector enfrenta, em linha com os acima mencionados, com base no relatório da Associação de Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas de Sofala (AECOPS) depreende-se que a maior parte das empresas identificam a falta de recursos próprios, problemática de financiamento e aos atrasos no pagamento de facturas por parte do Estado, assim como para o reembolso do IVA como os maiores desafios que elas enfrentam, vide o gráfico 3.

**Figura 4 Principais desafios enfrentados no sector da construção**



Fonte: AECOPS,2019

Alguns dos desafios estão correlacionados como é o caso da fraca capacidade financeira das empresas moçambicanas que é explicada pelo acesso limitado ao crédito para financiamento de tesouraria, elevado custo de capital e das garantias bancárias e a erosão da estrutura de garantias reais das empresas.

Ademais, o sector da construção civil está a ser dominado por empresas estrangeiras, o que torna as firmas nacionais marginalizadas e enfraquecidas e nota-se uma actuação concertada de empresas estrangeiras, que combinam os lances de preços que cada uma participa num determinado concurso.

Observa-se também o aumento desfreado dos preços de matérias de construção no mercado local ate mesmo para fins de âmbito social e excesso de burocracia para a obtenção e renovação de licenças de alvarás.

A combinação destas práticas tem resultado no enfraquecimento e desaparecimento do sector da construção civil local, num cenário em que há maior prominência de empresas estrangeiras.

#### **4.1 Fraca implementação da legislação conexas ao sector**

Como foi referido acima, notam-se progressos a nível do quadro legal associado ao sector da construção. Com efeito, visando conferir maior transparência e assegurar a efectiva implementação dos procedimentos de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e prestação de serviços ao Estado bem como para garantir a inclusão do conteúdo local, o Governo aprovou o Decreto n.º 5/2016, de 8 de Março, relativo ao Regulamento da Contração de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado.

Este Regulamento revoga o anterior regulamento aprovado pelo Decreto 15/2010, de 24 de Maio, que por sua vez substituiu e revogou o decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro.

Em relação ao conteúdo local, o artigo 28 relativo a Aplicação da Margem de Preferência do Decreto n.º 5/2016, de 8 de Março, estipula que:

É obrigatória a aplicação das seguintes margens de preferência a concorrentes nacionais:

- a) 10% do valor do contrato, sem impostos, para empreitada de obras públicas e prestação de serviços; e b) 15% do valor do contrato, sem impostos, para bens.

2. Para efeitos de aplicação da margem de preferência, o Concorrente Nacional, definido no n.º 1 do artigo 27, deve observar o estabelecido nos Documentos de Concurso.

3. Caso não tenha sido observado o referido no número anterior, é aplicável a margem de preferência ao Concorrente Nacional com capital social maioritariamente estrangeiro, definido no n.º 2 do artigo 27, de acordo com o estabelecido nos Documentos de Concurso.

Contudo, segundo os operadores do sector a semelhança de outros dispositivos legais, a observância da cláusula de preferência doméstica não está a ser observada nos concursos que as entidades públicas vão lançando.

Outro exemplo da não aplicação do postulado do Decreto e que suscita dúvidas sobre a efectividade da sua vantagem é o uso do selo Orgulho Moçambicano *Made in Mozambique* pelas empresas no processo de contratação de bens e serviços. Porquanto de acordo com artigo 38 número 4 alínea n) do Regulamento em alusão é considerada uma vantagem na avaliação técnica a empresa que for titular do certificado válido do selo Orgulho Moçambicano *Made in Mozambique*.

Entretanto, os operadores do sector mostram-se preocupados quando há tratamento igual entre empresas moçambicanas com o Selo e empresas estrangeiras que não possuem. Portanto, ser usuário do Selo não é uma vantagem para as empresas nacionais.

#### **4.2 Limitada participação nacional em grandes projectos**

Segundo os operadores do sector nota-se que os critérios de qualificação técnica e financeiros exigidos nos concursos públicos para empreitadas de grande dimensão limitam a participação das empresas moçambicanas quando comparado com as estrangeiras.

Entre os constrangimentos ressalta-se a exigência de colaterais para suportar a emissão das garantias bancárias provisórias, o que influencia a sustentabilidade financeira das empresas a curto prazo.

Outrossim há uma certa predisposição para adjudicação concursos a empresas estrangeiras. Conforme atesta a tabela 2 que é uma listagem de alguns grandes projectos que foram realizados recentemente totalizando cerca de USD 2,2 biliões onde todos projectos adjudicados a empreiteiros estrangeiros.

**Tabela 2: Exemplo de grandes projectos adjudicados a empreiteiros estrangeiros**

<b>Nome</b>	<b>Financiador</b>	<b>Valor (USD)</b>	<b>Empreiteiro</b>
Roma-Negomano	BAD/GdM	38,210,667	AFFEC
Montepuez- Ruaça	BAD/GdM	48,240,987	China Jiangxi Corporation
Ponte sobre os risos Messalo I, II e Mapuede	JICA/GdM	28,000,000	Konoike
Lichinga- Massangulo	JICA/GdM	51,033,333	Synohydro Corporation
Lichinga- Litunde	BAD/GdM	24,261,046	CHICCO
Massangulo- Muita	BAD/GdM	34,656,813	China Communication Construction Company
Cuamba- Muita	BAD/GdM	56,081,332	CRIC-COVEC JV
Nampula Nametil	Korea EximBank/GdM	41,547,336	POSCO Engineering & CHICCO
<b>Subtotal Zona Norte</b>		<b>322,031,514</b>	
Beira-Machipanda	GdM/China Bank Exim	410,783,279	AFFEC
Projecto de area verdes- Beira	Banco Mundial/GdM	20,000,000	CHICCO
Tika-Buzi	GdM/India EximBank	148,000,000	AFICONS International
Ponte sobre o save	CRBC/GdM	80,000,000	CRBC
<b>Subtotal Zona Centro</b>		<b>658,783,279</b>	
Circular de Maputo	GdM/China Bank Exim	315,000,000	CRBC
Ponte Maputo-Katembe	GdM/China Bank Exim	700,000,000	CRBC
Barragem de Corumana- Comportas	Banco Mundial/GdM	25,000,000	China Jiangxiu
Barragem de Corumana -ETA	Banco Mundial/GdM	34,000,000	CHICCO
Greater Maputo Water Supply Project	ORIO (Fundo Holandês)	12,839,556	China Geo-Engineering Corporation
Aeroporto Internacional de Xai-Xai	Gov chines/ Gov Alemão	75,000,000	Comp. de. Coop. económica e técnica internacional
Drenagem de Aguas Pluviais das Bacias B e C da Cidade de Maputo	Banco Mundial/GdM	4,984,690	JIANGSU SUZHONG Construction Group
Hotel Escola do Instituto Comercial mde Maputo	GdM	1,545,116	JULES Construções
Edifício da Secret. Adm. Do governo de Limpopo	GdM	2,323,854	QING AN Construction Internacional
<b>Subtotal Zona Sul</b>		<b>1,170,693,216</b>	
<b>Global</b>		<b>2,151,508,009</b>	

Fonte: **ANE/Jornal Noticiais**

Esta situação é exacerbada pelo fenómeno de actuação concertada de empresas estrangeiras que combinam os lances de preços que cada uma participa num determinado concurso.

Verifica-se, igualmente, a falta de oportunidades para os quadros nacionais posicionarem-se em cargos relevantes nos projectos, e deste modo dificultando o processo de transmissão de *know-how*.

Todavia, os operadores do sector referiram que esta tendência de domínio de empresas de uma certa nacionalidade, não é nova, contudo é diferente uma vez que anteriormente havia uma pequena participação do empresariado local.

## **V. IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA**

Perante a realidade acima caracterizada e tendo em conta a criticidade do tema em apreço, propõe-se as seguintes medidas para alavancar o sector;

- Maior transparência no processo de concursos públicos, dando prioridade a empreiteiros nacionais qualificados e assegurar que as obras sejam monitoradas também por engenheiros nacionais (em casos de a obra ser executada por uma empresa internacional).
- Que seja assegurada a monitoria de implementação do Decreto 5/2016, através do aumento da capacidade da Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições (UFSA) para supervisionar os concursos de *procurement* público em todo o país, e maior participação do MINEDH na indicação de engenheiros recém-formados com alto aproveitamento, para acompanhem o desenvolvimento de grandes obras para futuros casos de manutenção.

- Acelerar a conclusão da Lei de Conteúdo Nacional para garantir a participação das empresas de construção civil nos projectos das multinacionais e instituição de percentagem mínima de participação nacional nos projectos estruturantes
- Inclusão e envolvimento das associações empresariais ligadas a construção em todo o processo de aquisição/adjudicação de obras e na monitoria e controlo dos preços de materiais de construção.
- Institucionalização de um banco de desenvolvimento com linhas de financiamento com juros baixos e modalidades de reembolso acessíveis.
- Priorizar as acções de capacitação e certificação das empresas nacionais para impulsionar a sua participação nos projectos dos grandes projectos de Oil&Gas, uma vez que será necessário mão-de-obra e empresas qualificadas para desenvolver os projectos que se avizinham.

## **VI. CONCLUSÕES**

Nos últimos anos, apesar da importância do sector da construção para a economia como um todo, o sector enfrenta uma crise sem precedentes.

Os factores que concorrem para esta situação são: (i) a natureza pro-cíclica do sector que associa o seu dinamismo a situação macroeconómica, pelo que a conjuntura económica adversa que o país vivencia principalmente nos últimos anos reflecte-se negativamente no desempenho do sector; (ii) uma tendência de adjudicar-se os concursos para empresas estrangeiras, sem uma contrapartida de uma mínima participação do empresariado local.

A conjugação dessas práticas tem resultado no enfraquecimento e desaparecimento do sector da construção civil moçambicana.

Esta situação vivida pelo sector da construção civil influencia a sua capacidade de acesso ao crédito uma vez que o sector se encontra com falta de faturação. Igualmente aos ganhos provenientes da indústria são absorvidos por entidades estrangeiras, não havendo o efeito multiplicador esperado.

Outro aspecto que caracteriza o sector é a falta de oportunidades para os quadros nacionais posicionarem-se em cargos relevantes nos projectos, e deste modo dificultando o processo de transmissão de know-how.

## VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIS (2008). O quadro legal para obras de construção em Moçambique. Edição 1
- AECOPS (2019). Relatório de levantamento de Danos e Necessidades dos Empreiteiros Membros da AECOPS Afectados pelo Ciclone IDAI
- ANE/Jornal Noticiais – informação sobre os concursos públicos
- Baganha et al. O Sector da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990-2000
- Banco de Moçambique. Boletim Estatístico Mensal, diversos
- Banco Mundial, *Doing Business* diversos
- Boletim da República. I serie 8 de Março de 2016.
- CTA. Artigos de análise, diversos
- De Oliveira, Marcelo Ferreira (2012). A Importância do Setor da Construção Civil para a Economia Brasileira: Uma Análise Para 1990 A 2010
- DW. Crise e concorrência chinesa ameaçam construção civil em Moçambique. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/crise-e-concorr%C3%Aancia-chinesa-amea%C3%A7am-constru%C3%A7%C3%A3o-civil-em-mo%C3%A7ambique/a-42927394>
- INE (2008). Classificação das Actividades Económicas de Moçambique (Cae-Rev.2)
- Lopes, Maria Antónia R. F. (2007). Desafios e mudanças nas empresas de construção civil e as relações de trabalho
- Ministério da Economia e Finanças, Relatório de Execução Orçamental diversos; Conta Geral do Estado, diversos
- Ministério das Obras Públicas e Habitação. Estatísticas sobre empreiteiros
- Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Boletim de Estatística do Trabalho 2017/2018